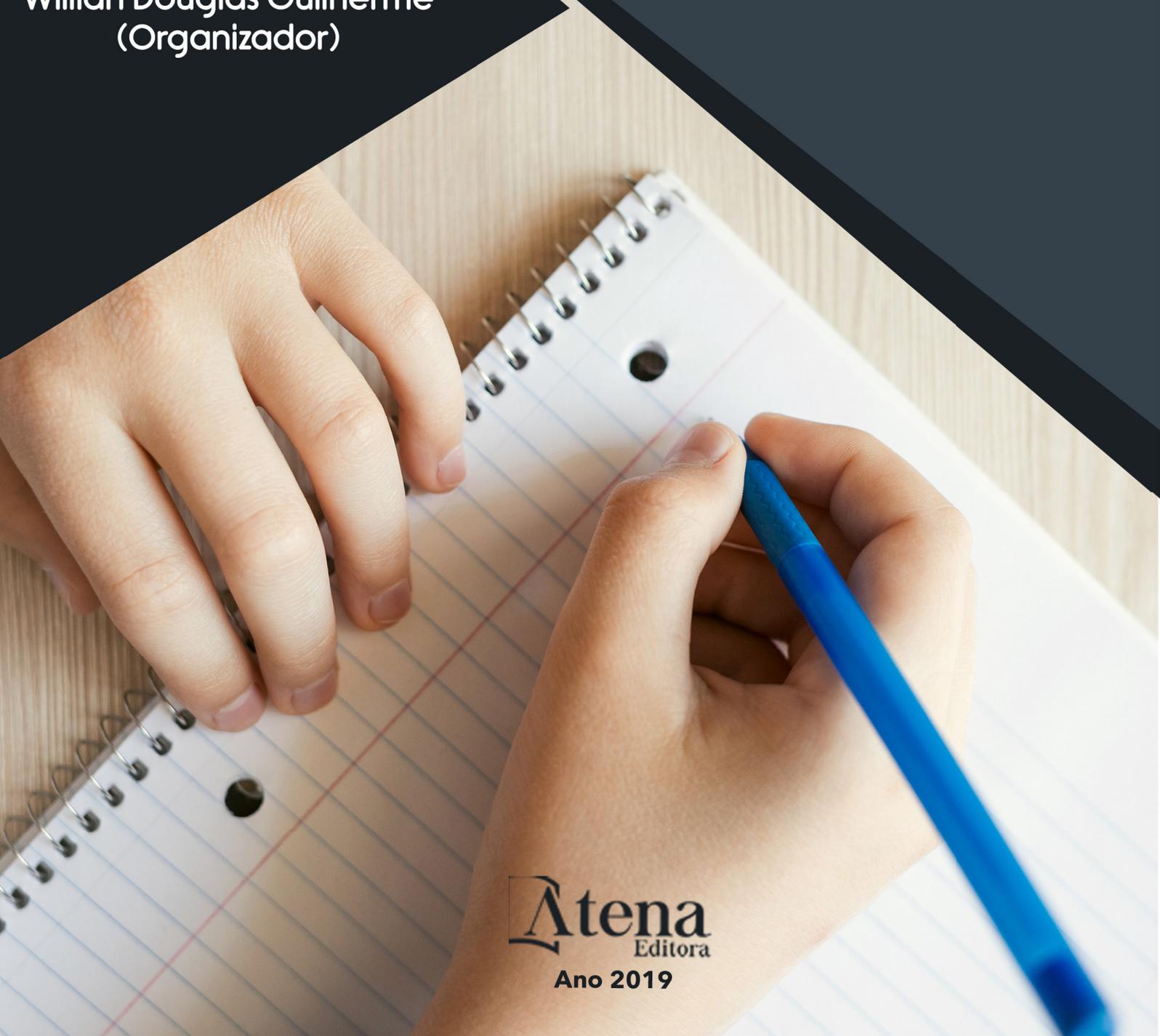


Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 12

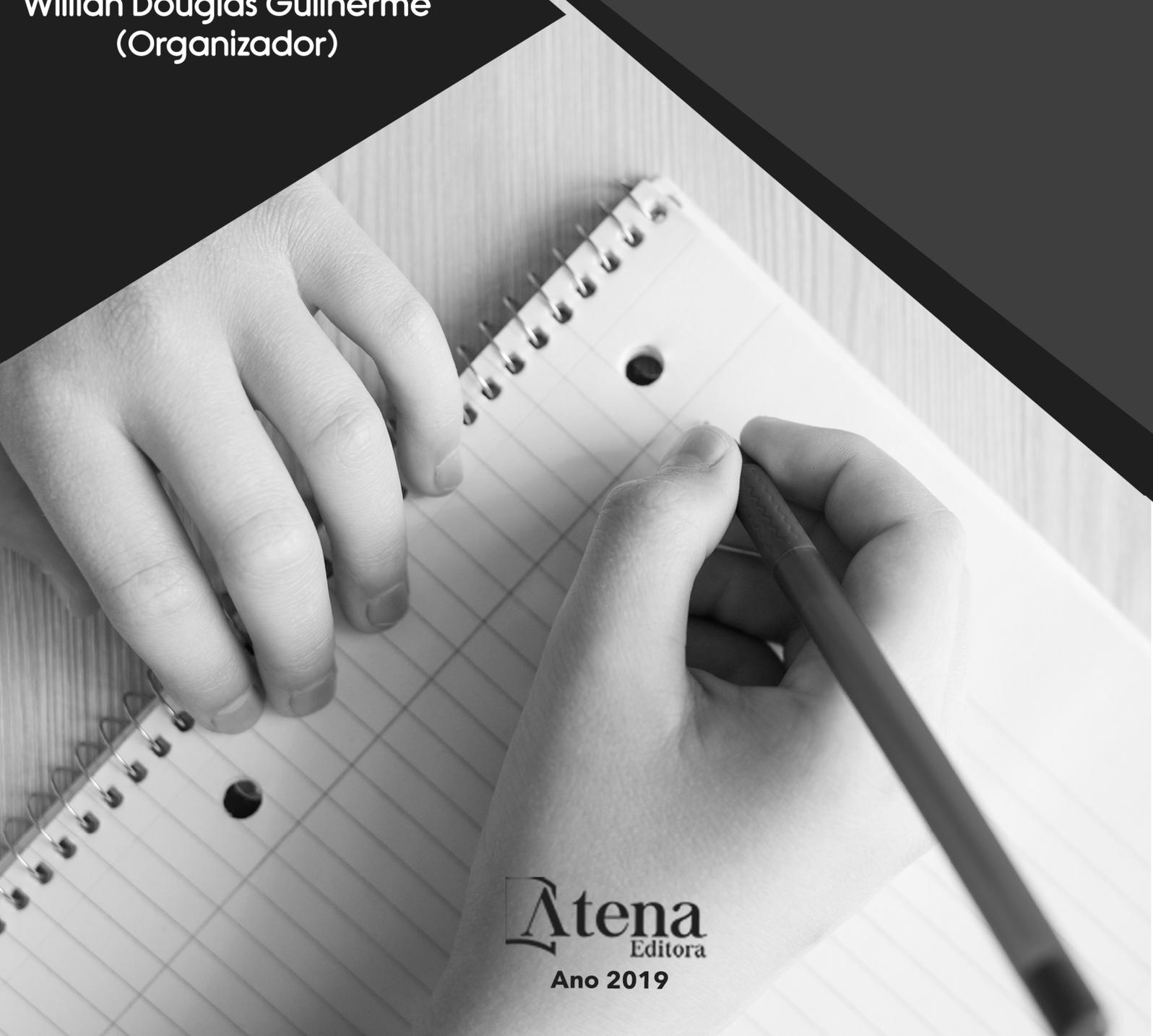
Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 12

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A945 | <p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 12 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 12)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-758-1 DOI 10.22533/at.ed.581191211</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981</p> |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Estamos na décima primeira edição do e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”. Foram selecionados 77 artigos e estes, separados em 3 volumes. O objetivo em organizar esta coligação foi dar visibilidade a temas contemporâneos que envolvem e discutem a educação, sobretudo, voltados as temáticas da avaliação e políticas educacionais e expansão da educação brasileira.

Neste **Volume XI**, são 27 artigos englobando o ensino fundamental e médio, trazendo embates sobre o processo de alfabetização, ensino de matemática, saúde, meio ambiente, metodologias, currículo, políticas públicas e relatos de experiências.

No **Volume XII** são 26 artigos subdivididos em 4 partes distintas, sendo a primeira, em torno do Ensino Superior; a segunda, Formação de Professores; a terceira, Educação de Jovens e Adultos (EJA); e por fim, História e Política.

E no **décimo terceiro volume**, são 24 artigos, organizados em 3 partes: Educação Infantil; Uso de Tecnologias na Educação e; Educação e Diversidade. Os artigos apresentam resultados de pesquisas conforme objetivo deste e-book, abordando temáticas atuais dentro de cada uma destas partes.

Sejam bem-vindos ao e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 11” e boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - ENSINO SUPERIOR

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A EDUCAÇÃO FREIRIANA NO ENSINO SUPERIOR: A RESISTÊNCIA COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÃO | |
| Juliana Fonseca de Oliveira Neri Mariangela Camba | |
| DOI 10.22533/at.ed.5811912111 | |
| CAPÍTULO 2 | 15 |
| A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA DAS RESIDENTES DE PEDAGOGIA DO UNIFOR-MG NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM | |
| Elizabeth Rocha de Carvalho Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.5811912112 | |
| CAPÍTULO 3 | 25 |
| APLICAÇÃO DO TBL (TEAM BASED LEARNING) NA DISCIPLINA CIRCUITOS ELÉTRICOS II | |
| Geraldo Motta Azevedo Junior | |
| DOI 10.22533/at.ed.5811912113 | |
| CAPÍTULO 4 | 29 |
| AS MÁSCARAS DA PEDAGOGIA: ANÁLISE DOS REFERENCIAIS DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO PEDAGÓGICO | |
| Marciléia Egidio Sampaio | |
| DOI 10.22533/at.ed.5811912114 | |
| CAPÍTULO 5 | 42 |
| AVALIAÇÃO E MATEMÁTICA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO | |
| Sandra Regina D'Antonio Verrengia Pedro Gabriel Papa Torelli Wellington Rodrigues Emídio | |
| DOI 10.22533/at.ed.5811912115 | |
| CAPÍTULO 6 | 51 |
| AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DAS APRENDIZAGENS EM UM PROJETO INTEGRADOR: A UTILIZAÇÃO DA ESCALA LIKERT PARA A MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS DE UM PROJETO INTEGRADOR | |
| Carlos David Pedrosa Pinheiro Marcos Antônio das Chagas Araújo | |
| DOI 10.22533/at.ed.5811912116 | |
| CAPÍTULO 7 | 62 |
| COMBINAÇÃO DE SALA DE AULA INVERTIDA COM EDUCAÇÃO <i>HANDS ON</i> : UMA NOVA FORMA DE APRENDER SOBRE CÓDIGO GENÉTICO E SÍNTESE PROTÉICA | |
| Amanda Santos Franco da Silva Abe Andréa Castro de Lacerda Cardoso | |
| DOI 10.22533/at.ed.5811912117 | |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO 8 | 68 |
| EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SUBJETIVIDADE E REFERENCIALIDADE SIMBÓLICA: A EXPERIÊNCIA DE UMA EGRESSA DO CURSO TÉCNICO EM ANÁLISES QUÍMICAS | |
| Paulo Cesar Fernandes da Rosa Junior | |
| DOI 10.22533/at.ed.5811912118 | |
| CAPÍTULO 9 | 80 |
| EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS DE CRATEÚS | |
| Natália Viviane Santos de Menezes | |
| Tamyllle Kellen Arruda Prestes | |
| Deysiele Bezerra Rocha | |
| DOI 10.22533/at.ed.5811912119 | |
| CAPÍTULO 10 | 89 |
| FIES: UMA ANÁLISE CRÍTICO-HISTÓRICA | |
| Rodrigo Meleu das Neves | |
| Denise Lindstrom Bandeira | |
| Nalú Farenzena | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121110 | |
| CAPÍTULO 11 | 97 |
| O PLANEJAMENTO DA AÇÃO DIDÁTICA NA PRÁXIS DA DOCÊNCIA | |
| Sandra da Silva Kinalski | |
| Luciane Cezar Padilha | |
| Sandra Leontina Graube | |
| Vivian Lemes Lobo Bittencourt | |
| Eliane Raquel Rieth Benetti | |
| Marinês Tambara Leite | |
| Leila Mariza Hildebrandt | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121111 | |
| CAPÍTULO 12 | 107 |
| O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR | |
| Marlene Lima Temponi | |
| Kíssila Zacché Lopes Andrade | |
| Lissandra Lopes Coelho Rocha | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121112 | |
| CAPÍTULO 13 | 113 |
| PERCEPÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE NO BRASIL | |
| Alexey Carvalho | |
| Maria Alzira de Almeida Pimenta | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121113 | |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO 14 | 127 |
| REFLEXÕES DOS ALUNOS CONCLUINTES DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, NA MODALIDADE EAD, DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE | |
| Emerson dos Santos Lima Andréa Karla Ferreira Nunes Alessandra Conceição Monteiro Alves | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121114 | |

PARTE 2 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO 15 | 138 |
| A ENUNCIACÃO DA DIFERENÇA CULTURAL NOS CURRÍCULOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DO CURRÍCULO ESCRITO E SEUS USOS | |
| Denise da Silva Braga | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121115 | |
| CAPÍTULO 16 | 151 |
| A EXPANSÃO DA MODALIDADE EAD NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM LICENCIATURA | |
| Luís Fernando Correia Célia Regina Vieira Souza-Leite | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121116 | |
| CAPÍTULO 17 | 162 |
| LIMITES E POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS: SUPERAÇÃO DO COLONIALISMO | |
| Silvana Elisa de Moraes Schubert Maria de Fátima Rodrigues Pereira | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121117 | |

PARTE 3 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO 18 | 176 |
| A FORMAÇÃO CONTINUADA E A (TRANS)FORMAÇÃO NA REALIDADE DOS EDUCANDOS DA EJA: CUIABÁ 300 ANOS | |
| Angélica Kury Barros Loedilza Milícia da Silva Marilene de Souza Carvalho Zeile Lima de Oliveira Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121118 | |
| CAPÍTULO 19 | 188 |
| CURRÍCULO EM MOVIMENTO NA PERSPECTIVA DA EJA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA | |
| Cristino Cesário Rocha | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121119 | |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO 20 | 202 |
| MATERIAIS PEDAGÓGICOS DO PROJovem URBANO: ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA | |
| Jessica Thomazini Joyce Mary Adam | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121120 | |

PARTE 4 - HISTÓRIA E POLÍTICA

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO 21 | 214 |
| CRÍTICOS DO <i>ETHOS</i> MODERNO E CAPITALISTA: POSSIBILIDADES DE HUMANIZAÇÃO? (!) | |
| Patrícia Maria Guarnieri Ramos | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121121 | |
| CAPÍTULO 22 | 229 |
| DA REPÚBLICA E A ESCOLA REPUBLICANA | |
| Gian Eligio Soliman Ruschel Vânia Lisa Fischer Cossetin | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121122 | |
| CAPÍTULO 23 | 245 |
| DISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE: O HOMEM DE LATA X O HOMEM DILATA | |
| Adriana Martins Ianino | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121123 | |
| CAPÍTULO 24 | 264 |
| O INGLÊS EM ALERTA: A EXPANSÃO DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO SÉCULO XIX | |
| Elaine Maria Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121124 | |
| CAPÍTULO 25 | 275 |
| “O QUE ACONTECEU AINDA ESTÁ POR VIR”: A MÚSICA “ÍNDIOS” E O ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL | |
| Fábio Chilles Xavier | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121125 | |
| CAPÍTULO 26 | 291 |
| O TEMOR DA RESSIGNIFICAÇÃO DO TEMA FINANCIAMENTO PÚBLICO EDUCACIONAL NO ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO | |
| Roberta Maria Bueno Bocchi | |
| DOI 10.22533/at.ed.58119121126 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR | 303 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 304 |

PERCEPÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE NO BRASIL*

Alexey Carvalho

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Faculdade de Educação
Campinas – SP

Maria Alzira de Almeida Pimenta

Universidade de Sorocaba (UNISO), Programa de
Pós-Graduação em Educação
Sorocaba – SP

*Este capítulo apresenta uma atualização da legislação concernente ao tema pesquisado e foi publicado como artigo na revista: *Série-Estudos*, v. 22, n. 45, maio/ago. 2017, com o título: *Percepções Acerca da Produção Acadêmica Docente em Instituições de Ensino Superior Brasileiras*.

RESUMO: A Educação Superior Brasileira tem hoje seu foco quase que exclusivo na atividade de ensino, o que faz com que a atividade de pesquisa, mesmo sendo requisito legal, seja relegada a um segundo plano, de forma a desestimular a produção acadêmica docente na graduação. O presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir as percepções acerca da produção acadêmica docente, assim como seus fatores de influência, no contexto do ensino de graduação presencial das Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras. Para atingir os objetivos propostos, partiu-se do referencial teórico sobre as questões que envolvem a pesquisa acadêmica, seu ambiente e suas condições; realizou-se um estudo de

campo com docentes da educação superior, compondo uma amostra aleatória e de perfil heterogêneo, com respondentes de todas as regiões brasileiras e de IES públicas e privadas, por meio de questionário estruturado on-line. Na apresentação e análise dos resultados, buscou-se um entendimento abrangente sobre os principais aspectos que cercam a produção acadêmica docente em IES. Dentre os pontos mais relevantes, evidenciou-se de forma geral: falta de clareza nas políticas e ações de estímulo à pesquisa e à produção acadêmica, por parte das IES; e dificuldade em organizar o tempo para a pesquisa, o que indica que o aumento simplesmente de carga horária para esse fim pode não surtir efeitos. Dessa forma, os resultados do estudo podem enriquecer as discussões sobre o tema e fornecer subsídios que possam contribuir com as IES que anseiem a melhoria da produção acadêmica docente.

PALAVRAS-CHAVE: produção acadêmica; pesquisa; Educação Superior.

PERCEPTIONS ABOUT THE PROFESSORS' ACADEMIC PRODUCTION IN BRAZIL

ABSTRACT: The Brazilian Higher Education has today the almost exclusive focus on teaching activity, makes the research activity, even being legal requirement, is relegated to the background in order, which ends up

discouraging the professors' academic production at the undergraduate. This paper aims to present and discuss the perceptions about of professors' academic production, as well as their influencing factors in the context of campus undergraduate teaching of Brazilian Higher Education Institutions (IES). To achieve the proposed goals, starting by referential theoretical on issues involving academic research, their environment and their conditions, was performed out a field study with higher education professors, creating a random sample and heterogeneous profile with respondents from all regions Brazilian, including public and private IES, through structured questionnaire online. In the presentation and analysis of results, we sought a comprehensive understanding of the main issues surrounding the professors' academic production in IES. Among the most relevant points, it was evident in general: lack of clarity in policies and actions to stimulate research and academic production by the IES; and difficulty in organizing the time to the research, which indicates that simply increasing the workload for this purpose may not have any effect. Thus, the study results can enrich the discussions on the subject and provide subsidies that can contribute to the IES that want to improve the professors' academic production.

KEYWORDS: academic production; research; Higher Education.

1 | INTRODUÇÃO

A legislação que dispõe sobre a regulação e supervisão da Educação Superior no Brasil define três categorias de organização das Instituições de Ensino Superior (IES): Universidades, Centros Universitários e Faculdades. Em linhas gerais, a atividade de pesquisa caberia às Universidades, em especial, aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, porém, dos docentes de graduação também é esperado que tenham produção acadêmica. Essa expectativa é gerada uma vez que, nas avaliações periódicas dos cursos, o desenvolvimento de pesquisas que gerem publicações é considerado.

Nos últimos anos, de acordo com dados do censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2012), de 2001 a 2012, a educação superior brasileira viveu forte expansão, com objetivo de ampliar o ingresso de estudantes, tendo como foco central a atividade de ensino. Isso fez com que a atividade de pesquisa, mesmo sendo uma exigência e um requisito legal, fosse de certa forma relegada a um segundo plano e, assim, desestimulando a produção acadêmica docente na graduação.

A pesquisa acadêmica ou produção acadêmica docente, no ambiente da graduação, propicia a construção do conhecimento com envolvimento docente e discente, sendo essencial para que a educação superior cumpra seu papel formativo. Sendo assim, a relevância da pesquisa acadêmica transcende a exigência legal e burocrática a ser avaliada nas IES. Mais ainda, transcende a codificação da produção de conhecimento em índice de produtividade que pode determinar a ascensão na

carreira para o docente. Esses aspectos, por si só, recomendam entender sua contribuição para melhora qualitativa no processo de ensino e aprendizagem.

Diante do exposto, o presente artigo propõe apresentar e discutir as percepções acerca da produção acadêmica docente, assim como seus fatores de influência, no contexto do ensino de graduação presencial de IES brasileiras. Esse trabalho é parte da tese de doutoramento do primeiro autor, cuja pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade de Sorocaba, com o protocolo nº 46529115.5.0000.5500. Para atingir os objetivos, além da pesquisa bibliográfica sobre o tema, foi realizado um estudo de campo, aplicando questionário para captar as impressões e percepções dos pesquisados, docentes de ensino superior, acerca das questões e condições que envolvem a atividade de pesquisa na graduação em IES brasileiras.

Os resultados apresentados podem subsidiar as discussões sobre as políticas de incentivo à produção acadêmica docente e as estratégias possíveis para sua melhoria e ampliação.

2 | PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Especialista em avaliação na educação superior, Dias Sobrinho (2000, p. 50) afirma que “ensinar sem pesquisar afasta da realidade; pesquisar sem ensinar esclerosa; pesquisar ou ensinar sem vinculação com o meio elitiza”, reforçando a relevância da pesquisa para a atuação docente e sua indissociável relação com a atividade de ensino¹.

Produzir conhecimento e divulgá-lo em artigos vem ao encontro da busca pela excelência, ou seja, pelo alto grau de qualidade na formação ofertada. Isto acontece porque a prática pedagógica é diversificada, ampliada e aprofundada tanto do ponto de vista do docente quanto dos discentes, ao longo do processo de ensino aprendizagem. Endossando o exposto, Demo (1996) afirma que não se pode dar aula daquilo que não se produz, pois produzir conhecimento é o fundamento primeiro do docente, razão pela qual a docência começa na produção dos conteúdos de sua própria disciplina.

Acredita-se que a participação docente na produção acadêmica, paralelamente ao constante esforço para melhoria do processo ensino-aprendizagem, constitui uma necessidade para o desenvolvimento geral da sociedade. Considera-se que o desenvolvimento virá ao se assegurar a formação superior alinhada à concepção de educação como um triplo processo de hominização, socialização e singularização, conforme Charlot (2001). Além disso, Demo (1996) observa que desconsiderar a necessidade da produção do conhecimento como postura investigativa limita a educação superior, comprometendo sua competência e responsabilidade em lidar

1. Cumpre ressaltar que essa assertiva é válida para educação superior e também para educação básica.

com o conhecimento novo, obstruindo sua criticidade e sua criatividade para inovar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996) dispõe em seu artigo 45 que “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”, não fazendo referência às possíveis categorias de organização. Além disso, define, em seu artigo 52, que as “Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”. A caracterização da relação entre a produção intelectual e o corpo docente prevê “o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional”. Sobre o corpo docente, está previsto que, no mínimo, um terço tenha o título de mestrado ou de doutorado e trabalhe em regime de tempo integral.

Outro aspecto importante a ser considerado, ao se pensar a produção de pesquisa, diz respeito às categorias de organização das IES que são definidas pelo Decreto n. 9.235 de 2017 (BRASIL, 2017) em seu artigo 15, em que as IES, de acordo com sua organização e de suas prerrogativas acadêmicas, são categorizadas como: Faculdades; Centros Universitários; e Universidades. Inicialmente, uma instituição é credenciada como Faculdade. A ascensão de Faculdade a Centro universitário e, posteriormente, à Universidade depende do funcionamento regular da instituição e ao cumprimento dos requisitos dispostos nos artigos 16 e 17 do mesmo decreto. A gradativa ascensão traz, proporcionalmente, autonomia para gerir os aspectos administrativos, acadêmicos e pedagógicos.

Na categoria específica de Centro Universitário, no que tange à pesquisa, o inciso V do artigo 16 do Decreto n. 9.235 de 2017 (BRASIL, 2017) exige que disponham de “programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, que pode incluir programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência”. Entretanto só é exigido que um quinto do corpo docente trabalhe em regime de tempo integral, e um terço do corpo docente, pelo menos, tenha título de mestre ou doutor.

Percebe-se pela legislação disposta, que a atividade de pesquisa é especificada apenas na Universidade. Observa-se a falta de alinhamento com a LDB que, em seu artigo 45, estabelece, dentre as finalidades do ensino superior, a necessidade de “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 1996), dessa forma, abarcando todas as categorias de organização.

Com relação à regulação da educação superior, os instrumentos de avaliação de cursos (INEP, 2015; INEP, 2017a; INEP, 2017b) no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) aplicado nas avaliações in loco, trata de forma equânime o curso avaliado, independente da categoria de organização. Um determinado curso é avaliado da mesma forma, seja ele ofertado por uma Faculdade,

Centro Universitário ou Universidade e, em todos os casos, é exigido que o corpo docente que compõe o curso tenha produção acadêmica nos últimos três anos. O que se observa na prática é uma contradição, pois não há cobrança sistemática da pesquisa das demais categorias que não a Universidade. Para além da contradição, que entendemos comprometer a avaliação e a qualidade da educação superior, neste trabalho não será feita distinção acerca da categoria de organização da IES, uma vez que, como já mencionado, a pesquisa e a produção acadêmica é necessária e importante em todas.

Para explicitar a expansão da Educação Superior no Brasil, buscou-se analisar os dados do censo da educação superior de 2001 a 2012 (INEP, 2012) e verificou-se que, nesse período, o número de IES no Brasil cresceu 74%, passando de 1.391 para 2.412. A expansão ocorreu tanto em IES públicas como privadas, com crescimento de cerca de 75% nas privadas e 66% nas públicas. Nas privadas, o maior crescimento absoluto se deu no número de Faculdades, passando de 1.059 para 1.898, com aumento de 79%; já nas públicas, houve o incremento de 37 novas Universidades Federais e 14 Institutos Federais, além de oito Centros Universitários Federais.

Os dados da expansão deixam claro o estímulo à iniciativa privada, com o crescimento do número de Faculdades, por sua vez voltadas ao ensino; e a expansão pública ocorrendo majoritariamente via Universidades que, por finalidade, concentram a pesquisa. Dias Sobrinho (2010) observa a desigualdade que essa política pode produzir: as Faculdades privadas, em especial de pequeno porte, por não terem pesquisa sistemática, dificilmente beneficiarão seus estudantes com a prática da pesquisa e seus resultados. Além disso, quando egressos, por não terem desenvolvido competências em pesquisa, provavelmente, ficarão em desvantagem no mundo do trabalho e na sociedade. Lembra ainda que egressos de IES reconhecidamente de pesquisa têm melhores oportunidades uma vez que têm acesso ao conhecimento de base tecnológica, mais valorizado pelo mercado.

Acredita-se que essa dinâmica perversa contribui para que haja cada vez mais um abismo no Brasil entre as IES de ensino, geralmente Faculdades privadas e IES de pesquisa, em geral Universidades públicas. Como é previsível, os impactos são negativos para a sociedade, comprometendo, inclusive, o avanço tecnológico em todas as áreas e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico. Para reverter essa tendência, é imprescindível que se estudem formas de se equacionar as políticas de estímulo à pesquisa e produção acadêmica docente, para evoluir além do atendimento legal ou focado no produtivismo de carreira. Gestores e professores precisam entender a pesquisa como fator de melhoria na formação da educação superior.

3 | O DELINEAMENTO DA PESQUISA

O estudo de campo realizado utilizou um questionário estruturado on-line,

construído com a ferramenta de formulários do Google. A ferramenta foi escolhida para facilitar o acesso aos participantes, assim como para obter melhor acurácia dos dados, que foram armazenados em planilha gerada pela própria ferramenta e posteriormente tabulados, destacando-se que, em nenhum momento, há a identificação do sujeito ou da IES. Como referencial para elaboração de algumas questões, foram utilizados os critérios definidos no instrumento de avaliação de cursos do INEP (2015).

Os sujeitos escolhidos para compor a amostra foram os docentes em atuação na Educação Superior, independente da IES, sendo que a amostra foi composta a esmo. Esse tipo de amostragem, segundo Costa Neto (1977), caracteriza-se por ser aleatória sem, no entanto, realizar propriamente o sorteio, obtendo resultados equivalentes aos de uma amostragem probabilística. A aleatoriedade é possibilitada pelo acesso livre do respondente via web que, também, garante seu anonimato. Os sujeitos foram convidados para participar da pesquisa via grupos de discussão do Yahoo, LinkedIn, Twitter e listas de e-mail de professores.

Para a análise dos dados, o questionário foi estruturado utilizando-se de uma escala nominal que, segundo Marconi e Lakatos (2002), visam a transformar fatos qualitativos em quantitativos ou variáveis para serem mensuradas, no caso da escala nominal em categorias específicas.

Nas questões relacionadas à afinidade com a pesquisa e ambiente para a pesquisa, foram dispostas em afirmações, em que o respondente, por meio da escala Likert, escolhia entre: 1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo, 3 - Discordo pouco, 4 - Concordo pouco, 5 - Concordo, 6 - Concordo totalmente.

Buscando uma análise mais apurada das informações coletadas, bem como captar da melhor forma possível as percepções dos respondentes, optou-se por se utilizar um Índice de Concordância (IC), no qual foram atribuídos pesos a cada resposta da seguinte forma: peso 1 para discordo totalmente, peso 2 para discordo, peso 3 para discordo pouco, peso 4 para concordo pouco, peso 5 para concordo e peso 6 para concordo totalmente.

Dessa forma, em cada questão, o número de respondentes foi multiplicado pelo peso da resposta. Para apurar o índice de concordância, o somatório dos pesos, multiplicado pelo número de respondentes de cada questão, é dividido pelo total de respondentes da amostra multiplicado pelo peso máximo possível, seis.

4 | A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES

O questionário on-line ficou disponível no período de setembro de 2015 a novembro de 2015. Foram respondidos ao todo 322 questionários, sendo que sete deles foram desconsiderados por não terem aceitado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), constituindo-se em 315 o número total da amostra. A Tabela 1, a seguir, apresenta uma síntese da abrangência da amostra.

| | Quantidade | % |
|-------------------------------------------------------|-------------------|----------|
| Unidades da Federação | 26 | 96 |
| Regiões | 5 | 100 |
| Respostas em Cidades do Interior | 130 | 41 |
| Respostas em Capitais e Regiões Metropolitanas | 185 | 59 |

Tabela 1 - Abrangência da amostra

Fonte: elaborada pelos autores.

As informações da Tabela 1 reforçam a representatividade da amostra, mesmo que em caráter não probabilístico. No que tange à abrangência, verificou-se que houve ao menos um respondente em cada unidade da federação, exceto do Estado de Rondônia, abarcando assim todas as regiões brasileiras. A distribuição por região se deu da seguinte forma: sudeste com 66%, centro-oeste com 14%, nordeste com 8% e sul e norte com 6% do número de respondentes. Na distribuição por unidades federativas, apesar de grande fragmentação das respostas, destacam-se algumas unidades com maior ocorrência: São Paulo com 43%, Minas Gerais com 18%, Mato Grosso do Sul com 7% e Distrito Federal, Rio de Janeiro e Paraná com 4% cada uma.

Buscando traçar um perfil geral da amostra obtida, a Tabela 2 a seguir apresenta as maiores ocorrências das características dos respondentes.

| Característica | Resposta | Respondentes N=315 | % |
|----------------------------------------------|---------------------------|-------------------------------|----------|
| Faixa Etária | 41 a 50 anos | 105 | 33 |
| Sexo | Masculino | 163 | 52 |
| Formação | Licenciaturas e Pedagogia | 94 | 30 |
| Titulação | Mestrado | 137 | 43 |
| Atuação em IES | Privada | 230 | 73 |
| Tempo de Magistério Total | Entre 10 e 20 anos | 107 | 34 |
| Tempo de Magistério Educação Superior | Entre 10 e 20 anos | 99 | 31 |
| Atividade Profissional | Não | 164 | 52 |
| Atividade Acadêmica | Sim | 253 | 80 |

Tabela 2 - Perfil dos respondentes

Fonte: elaborada pelos autores.

Analisando o perfil da amostra, convém explicitar os aspectos relevantes. Com relação à faixa etária, apesar de a ocorrência maior estar entre 41 e 50 anos, um grupo relevante, correspondente a 32% está entre 31 e 40 anos, e o restante com menos de 30 anos, o que indica uma distribuição homogênea entre as faixas.

Quanto à formação, trata-se de uma amostra bastante heterogênea, com 61 especificidades em todas as grandes áreas do conhecimento, o que pode ser positivo para o estudo, uma vez que não sofreu influências de áreas ou atividades

específicas. Nas licenciaturas, a maior ocorrência foi em Pedagogia com 9% do total de respondentes, seguida de Ciências Biológicas com 6%. Nas demais formações, destacam-se Administração, com 14% dos respondentes, seguida pelo conjunto das Engenharias, com 7%.

Com relação à titulação, a distribuição ficou da seguinte forma: Doutorado com 29%, Mestrado com 43%, Especialização com 26% e Graduado com 1%, dessa forma, 72% dos respondentes possuem titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu e 99% possui pós-graduação. No tipo de vínculo e atuação em IES, 73% declararam vínculo com IES privadas, 29% com IES públicas e 8% com ambas.

Na análise da experiência, tempo de atuação no magistério, nota-se que a maioria dos pesquisados possuem mais de 5 anos de exercício do magistério, o que remete a uma experiência e condições de se posicionar sobre seu trabalho na educação superior.

Considerando as características da amostra apresentada, infere-se que os respondentes reúnem condições favoráveis ao desenvolvimento de pesquisa e produção acadêmica, pois fica evidenciado que possuem senioridade e titulação necessárias. Além disso, considera-se que os respondentes podiam com suas percepções contribuir para os resultados deste estudo, pois se constatou que 80% declararam exercer outras atividades acadêmicas além da docência, assim como, 52% atuar exclusivamente na área acadêmica.

Dentre os tipos de atividades acadêmicas exercidas, 43% estão relacionadas a atividades de Orientação, aspecto este relevante, levando em conta a qualidade dos trabalhos produzidos. Se o docente orienta pesquisa de Iniciação científica e para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) imbuído do desejo de produzir conhecimento (então, só cumprir uma exigência acadêmica) e utilizando a metodologia científica, esse trabalho pode ter qualidade e, ainda, ser publicado em coautoria. Se a Iniciação Científica e o TCC estiverem alinhados com seus interesses de pesquisa, podem dar respaldo a trabalhos futuros, o que é bastante desejável.

A Tabela 3, a seguir, apresenta a distribuição da carga horária semanal, declarada pelos respondentes, destacando-se que os intervalos de carga horária tiveram como referência o instrumento de avaliação de cursos do INEP (2015).

| | Carga Horária Total | | Carga Horária de Pesquisa | |
|----------------------------------|----------------------------|-----|----------------------------------|-----|
| Zero | | | 88 | 28% |
| 1 a 11 horas semanais | 35 | 11% | 161 | 51% |
| 12 a 20 horas semanais | 46 | 15% | 49 | 16% |
| 21 a 30 horas semanais | 35 | 11% | 10 | 3% |
| 31 a 40 horas semanais | 101 | 32% | 5 | 2% |
| mais de 40 horas semanais | 98 | 31% | 2 | 1% |

Tabela 3 - Distribuição carga horária semanal

Fonte: elaborada pelos autores.

Com base na distribuição apresentada, pode-se dizer que o perfil médio dos respondentes possui mais de 30 horas semanais no total e dedica até 20 horas às atividades de pesquisa. Ressalta-se que 28% dos pesquisados declararam não possuir nenhuma hora de dedicação à pesquisa, assim como, apenas 5% dos pesquisados informam dedicar mais de 20 horas à pesquisa. Corroborando o exposto, quando questionados se a quantidade de horas dedicadas à pesquisa é suficiente, 79% responderam que não.

Realizada a caracterização da amostra, a seguir são analisadas as informações que buscaram captar as percepções dos respondentes acerca da atividade de pesquisa e sua afinidade com esta, a capacitação e o ambiente para a pesquisa, lembrando que se utilizou o índice de concordância (IC), detalhado anteriormente na metodologia.

Na Tabela 4, são apresentadas as percepções acerca da atividade de pesquisa.

| Afirmações / Respostas (N=315) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | IC | IP |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|------------|-----------|
| A pesquisa é importante na atuação docente | 1 | 2 | 7 | 12 | 51 | 242 | 94% | ● |
| A pesquisa é uma forma de criação do conhecimento | 1 | 2 | 2 | 6 | 53 | 251 | 96% | ● |
| A atividade de pesquisa pode melhorar a atuação como docente | 1 | 4 | 4 | 19 | 73 | 214 | 92% | ● |
| Gosto de pesquisar | 1 | 1 | 7 | 21 | 72 | 213 | 92% | ● |
| É mais agradável desenvolver atividades de pesquisa do que ministrar aulas | 33 | 52 | 60 | 91 | 43 | 36 | 59% | ● |
| Gosto de fazer orientação de trabalhos e de projetos que possam resultar em alguma produção | 2 | 2 | 10 | 32 | 103 | 166 | 89% | ● |

Tabela 4 - Identificação com atividade de pesquisa

Fonte: elaborada pelos autores.

1- Discordo Totalmente; 2-Discordo; 3-Discordo Pouco; 4-Concordo Pouco; 5-Concordo; 6-Concordo Totalmente

A análise das informações permite dizer que os respondentes, de forma geral, acreditam na importância da pesquisa para a atuação docente e como forma de criação do conhecimento, assim como concordam que a pesquisa pode melhorar sua atuação como docente. Com um IC de 92%, os respondentes manifestaram gosto pessoal pela atividade de pesquisa. Entretanto não é possível afirmar que há uma preferência por essa atividade uma vez que, quando comparada a atividade de pesquisa com a de docência, especificamente, no que tange a ministrar aulas, o IC aponta 59%. Fica ainda evidente que existe a percepção, por parte do docente, de que a orientação de trabalhos pode resultar em produções e seu gosto por essa atividade, com IC de 89%.

A seguir, a Tabela 5 apresenta as percepções coletadas acerca do conhecimento de alguns aspectos relativos à pesquisa e produção acadêmica, como regras de elaboração de trabalhos, regras de publicações científicas, fontes de financiamento ou fomento, além do aspecto relacionado à organização do tempo e à necessidade de capacitação para a pesquisa.

| Afirmações / Respostas (N=315) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | IC | IP |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|------------|-----------|
| Tenho conhecimento a respeito de métodos e de técnicas de elaboração de trabalhos científicos | 2 | 6 | 13 | 34 | 97 | 163 | 87% | ● |
| Conheço as regras de publicação em periódicos científicos | 4 | 15 | 19 | 58 | 90 | 129 | 82% | ● |
| Conheço as fontes de financiamento ou fomento à pesquisa | 13 | 33 | 35 | 77 | 83 | 74 | 71% | ● |
| Já utilizei fontes de financiamento ou fomento à pesquisa | 131 | 18 | 17 | 14 | 29 | 106 | 56% | ● |
| Utilizo periódicos científicos e consulto bases de dados em minhas pesquisas | 16 | 6 | 17 | 24 | 55 | 197 | 86% | ● |
| Considero que organizar o tempo é uma dificuldade para exercer a atividade de pesquisa | 17 | 25 | 34 | 69 | 91 | 79 | 73% | ● |
| É importante que o docente participe de um programa de capacitação voltado à pesquisa | 3 | 5 | 7 | 26 | 82 | 192 | 90% | ● |

Tabela 5 - Capacitação para a pesquisa

Fonte: elaborada pelos autores.

1- Discordo Totalmente; 2-Discordo; 3-Discordo Pouco; 4-Concordo Pouco; 5-Concordo; 6-Concordo Totalmente

É possível afirmar que há um elevado nível de conhecimento sobre as regras de elaboração e publicação em periódicos científicos, assim como a utilização e acesso a periódicos e bases de dados. Porém há um ponto de atenção com relação às fontes de financiamento e/ou fomento à pesquisa, apesar de um IC de 71% quanto ao conhecimento dessas fontes, o índice cai para 56% quando a questão é sobre a utilização desses recursos.

Em linhas gerais, os respondentes declaram ter os conhecimentos necessários para a pesquisa, mas, ao mesmo tempo, com IC de 90%, acreditam que é importante que o docente participe de um programa de capacitação voltado à pesquisa, o que evidencia a necessidade de ações dentro das IES para suprir essa lacuna, o que vem ao encontro de outro estudo realizado por Carvalho (2015) sobre essa necessidade.

Um ponto que merece destaque é o fato de boa parte dos respondentes indicarem, com IC de 73%, que organizar o tempo é uma dificuldade para desenvolver atividades de pesquisa, assim como já apontado anteriormente, 79% afirmaram considerar insuficiente o número de horas semanais dedicadas à pesquisa. Isso traz à tona a questão que merece melhor investigação: seria o problema a quantidade de horas insuficiente ou a organização do tempo para pesquisa, ou ambas? Considera-se que essa questão merece atenção por parte das IES.

Na Tabela 6, a seguir, são apresentadas as percepções dos respondentes, com base em sua realidade, acerca do ambiente para a pesquisa.

| Afirmações / Respostas (N=315) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | IC | IP |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|------------|-----------|
| Há incentivo para pesquisar | 86 | 61 | 55 | 65 | 30 | 18 | 47% | ● |
| Há orientação quanto ao direcionamento para o desenvolvimento de pesquisas | 72 | 65 | 56 | 72 | 34 | 16 | 49% | ● |
| Há tempo disponível em minha carga horária semanal para exercer a atividade de pesquisa | 99 | 55 | 47 | 48 | 37 | 29 | 48% | ● |
| Recebi apoio financeiro para participação em eventos científicos com apresentação de trabalhos | 167 | 50 | 22 | 28 | 22 | 26 | 38% | ● |
| Tive dificuldades quando utilizei fontes de financiamento ou fomento à pesquisa | 127 | 42 | 41 | 33 | 36 | 36 | 46% | ● |
| Onde atuo existe um ambiente facilitador para troca de ideias, informações, conhecimento e colaboração em projetos para o corpo docente | 66 | 60 | 51 | 60 | 39 | 39 | 53% | ● |
| O acervo disponível biblioteca, incluindo periódicos e acesso às bases de dados, é suficiente para o desenvolvimento de pesquisas | 49 | 41 | 53 | 51 | 73 | 48 | 61% | ● |
| Acredito na necessidade de um programa interno onde atuo, de fomento à pesquisa acadêmica docente | 15 | 12 | 17 | 24 | 73 | 174 | 84% | ● |

Tabela 6 - Ambiente para a pesquisa

Fonte: elaborada pelos autores.

1- Discordo Totalmente; 2-Discordo; 3-Discordo Pouco; 4-Concordo Pouco; 5-Concordo; 6-Concordo Totalmente

As informações da Tabela 6 indicam que há necessidade de melhoria nos aspectos mais críticos, são eles: ao apoio financeiro para participação em eventos científicos (IC de 38%) e dificuldade na utilização de fontes de financiamento e/ou fomento à pesquisa, com IC de 46%. Ficou evidente ainda que o incentivo à pesquisa, orientação quanto ao desenvolvimento de pesquisas, ambiente que propicie a troca de ideias e, novamente, o fator tempo e carga horária disponível para pesquisa são pontos que carecem de atenção.

O incentivo à pesquisa mais que estar ligado ao suporte financeiro, precisa estar respaldado em políticas, projetos e programas que o articule à atividade docente. A necessidade de uma liderança que organize o desenvolvimento das pesquisas é de extrema importância. A organização, nesse caso, compreenderia a proposição ou seleção de pesquisas alinhadas às necessidades locais, onde a IES está inserida ou, mesmo, aos planos e políticas de desenvolvimento institucional de sua IES. Essa organização funcionaria como um facilitador para obtenção de recursos, assim como contribuiria para inserção social da IES e, conseqüentemente, para o reconhecimento da pesquisa, tanto pela comunidade acadêmica como pela sociedade.

Importante destacar que o ambiente da IES, fundamental para desenvolvimento

de pesquisas e criação do conhecimento, extrapola o simples conceito de espaço físico, portanto, envolve relacionamentos, interações, troca de ideias e experiências. Nesse sentido, quando levantada a questão de um ambiente facilitador para troca de ideias, informações e conhecimento, o IC atingiu apenas 53%. Esse ponto traz à tona a necessidade não apenas da IES realizar ações para promover a pesquisa acadêmica docente, mas também para promover a interdisciplinaridade ou mesmo a transdisciplinaridade, buscando romper o paradigma de compartimentalização de disciplinas e áreas do conhecimento. Dessa forma, haverá espaço para interações e relacionamentos que possam gerar frutos em pesquisas.

A disponibilidade de acervo e acesso às bases de dados, apesar de um IC de 61%, denota que ainda há espaço para melhoria. Isso pode estar relacionado ao fato de que, em geral, quando não há programa de pós-graduação *stricto sensu* na IES, tanto as bases de dados quanto o acervo acabam sendo restritos ao atendimento da graduação, o que, muitas vezes, para determinadas pesquisas, pode não atender a necessidade do docente enquanto pesquisador ou limitar sua atuação.

Com IC 84%, é percebido que os respondentes acreditam na necessidade de um programa interno em sua IES para fomento à pesquisa acadêmica docente. Cabe destacar que a concordância com a afirmação não necessariamente significa que a IES não tenha projetos, políticas ou ações com o objetivo de estimular a pesquisa acadêmica docente. Denota que as ações realizadas pelo programa, visando atender às condições para a realização de pesquisas não são percebidas como tal. Essa falta de percepção remete à necessidade de, mais que oferecer condições, publicizar, reiteradamente, como ter acesso a essas condições.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa e a produção acadêmica docente no contexto das IES brasileiras constituem tema abrangente e trazem consigo pontos controversos, incluindo sua exigência como requisito legal previsto no SINAES, por meio das avaliações de curso, em todas as categorias de organização das instituições. Este artigo buscou tratar parte dos aspectos que envolvem essa produção na realidade da graduação presencial, sob o ponto de vista dos docentes. Com base em suas impressões e percepções, buscou-se inferir possíveis ações que possam levar à melhoria dessa produção, conseqüentemente, da atuação docente e da formação do estudante da educação superior.

Ficou evidente que existe, por parte dos docentes, a percepção da importância da atividade de pesquisa em sua prática, indo ao encontro do que foi abordado no referencial teórico. Ao mesmo tempo, é nítido que não há, na visão dos pesquisados, políticas claras de incentivo à pesquisa e à produção acadêmica. Da mesma forma, há insatisfação com a carga horária para atividade de pesquisa e dificuldade em

organizar o tempo para a realização dessa atividade, o que leva a crer que o aumento simplesmente de carga horária para esse fim pode não surtir efeitos.

Com relação ao ambiente oferecido para a execução das atividades de pesquisa, é necessário que haja não apenas uma estrutura física, mas condições adequadas e liderança, que organize e promova a troca de ideias e de experiências; e pesquisas multidisciplinares, voltadas à realidade local. O incentivo ao trabalho em grupo, cooperativo, poderia despertar o interesse do estudante da graduação pela pesquisa.

Acredita-se que um importante alerta trazido pelas percepções e possível alvo de novas estratégias por parte das IES que anseiem por melhoria da produção acadêmica é a constituição de uma política ampla que abarque capacitação, incentivos, orientação e direcionamento para o exercício adequado dessa atividade. Assim, a sinergia dessas estratégias poderá produzir resultados, o que dificilmente ocorre com ações isoladas.

O que se pretende com a abordagem, aqui exposta, é ampliar e aprofundar a discussão sobre a produção acadêmica no âmbito da graduação nas IES. Essa é uma questão complexa e relevante, cujo desvelamento e enfrentamento, por parte da comunidade acadêmica podem contribuir para uma melhoria da formação na educação superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CARVALHO, Alexey. **Pesquisa e trabalho docente na educação superior**. In: CONGRESO DE LA INTERNACIONAL DEL CONOCIMIENTO: CIENCIAS, TECNOLOGIAS Y CULTURAS – MIRANDO AL FUTURO DE AMERICA LATINA E EL CARIBE, 4., 10 out. 2015, Santiago do Chile. Simpósio nº 67. Santiago do Chile: Universidad de Santiago de Chile (USACH), 2015.

CHARLOT, Bernard. **Texto apresentado no II Fórum Social Mundial pelo Fórum Mundial de Educação**. Porto Alegre, 2001.

COSTA NETO, Pedro L. O. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher, 1977. 264p.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da Educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1223-45, out./dez. 2010.

_____. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP).

Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância. Brasília-DF: INEP, 2015.

_____. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância - Autorização.** Brasília-DF: INEP, 2017a.

_____. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento.** Brasília-DF: INEP, 2017b.

_____. **Resumos Técnicos – Censo da Educação Superior 2012.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/centso-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

Marconi, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aula 8, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 26, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 62, 63, 64, 65, 66, 75, 78, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 115, 129, 132, 134, 156, 158, 172, 176, 184, 187, 189, 192, 197, 201, 261, 276, 278, 280, 299

Aula invertida 62, 63, 64, 66

C

Circuitos elétricos 25, 26, 27, 28

Código genético 62, 63, 64, 66

Concepções de matemática 42

CREDUC 89, 90, 91

Currículo escolar 138, 146, 244

Curso de pedagogia 1, 2, 15, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 150, 303

Curso técnico em administração 127, 129, 130, 131, 132, 135

D

Diferença cultural 138, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148

Docentes 11, 16, 18, 22, 23, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 46, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 60, 64, 82, 98, 99, 100, 101, 103, 106, 113, 114, 115, 116, 118, 124, 149, 152, 167

Domínio da frequência 25, 26

E

Educação a distância 61, 105, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 151, 152, 160

Educação física 18, 105, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 194, 244

Educação matemática 42, 50

Educação profissional 68, 69, 72, 73, 75, 77, 78, 79

Educação superior 18, 73, 74, 87, 89, 91, 92, 95, 96, 98, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 125, 126, 137, 151, 155, 156, 159, 160

Endividamento 89

Enfermagem 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106

Engenharias 80, 86, 87, 120

Ensino 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 28, 30, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 52, 54, 57, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 125, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 145, 146, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 203, 212, 226, 231, 238, 241, 242, 252, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296

Ensino médio 42, 43, 49, 62, 63, 69, 84, 85, 94, 149, 157, 163, 170, 173, 175, 193, 212, 275, 276, 278, 280, 294

Ensino superior 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 13, 14, 18, 23, 33, 39, 40, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 85, 86, 87,

90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114, 115, 116, 154, 157, 158, 159

Evasão 11, 52, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 127, 128, 129, 136, 137, 143

Experiência 19, 20, 21, 22, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 109, 111, 120, 135, 136, 140, 148, 153, 158, 179, 202, 203, 210, 215, 218, 222, 223, 230, 233, 236, 243, 251, 253, 257, 279, 289

F

FIES 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96

Filtros passivos 25, 26

Formação de professores 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 23, 24, 33, 34, 40, 138, 142, 143, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 303

G

Gestão 4, 57, 60, 61, 63, 66, 90, 95, 107, 108, 109, 110, 111, 146, 179, 183, 184, 204, 213, 219, 296, 301, 302, 303

I

Instituto Federal de Sergipe 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136

J

John Dewey 68, 69, 72, 78

L

Licenciatura 17, 18, 20, 22, 23, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 47, 105, 138, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 303

M

Mão na massa 62, 63, 64

Mediação 1, 6, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 46, 135, 137, 156, 244, 247, 275, 277, 278, 289

Modalidade EAD 151, 156

Modelos didáticos 62

N

Neoconservadorismo 1, 13

P

Paulo Freire 1, 2, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 35, 176, 180, 183, 187, 226

Pesquisa 1, 15, 17, 18, 20, 21, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 60, 61, 69, 70, 78, 81, 90, 95, 98, 105, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 148, 151, 152, 153, 156, 159, 164, 170, 174, 180, 186, 188, 200, 202, 203, 212, 213, 226, 229, 243, 246, 251, 270, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 289, 290, 301, 303

Planejamento 19, 28, 32, 35, 56, 61, 63, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 132, 134, 137, 146, 182, 183, 184, 186, 301, 303
Plano de desenvolvimento institucional 101, 107, 108, 109, 112
Política de financiamento da educação superior 89
Processos acadêmicos 107, 108, 109
Produção acadêmica 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 124, 125
Projeto pedagógico do curso 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 57, 150

R

Reflexões 1, 3, 6, 8, 9, 10, 20, 33, 44, 52, 77, 105, 127, 129, 132, 135, 136, 138, 141, 147, 148, 160, 176, 179, 182, 183, 212, 220, 229, 239, 248, 262, 296
Residência pedagógica 15, 17, 18, 19, 24

S

Síntese proteica 62, 64, 65
Subjetividade 68, 78, 212, 222, 235, 238, 239, 242, 254, 259, 260, 282, 300

T

Team based learning 25, 26, 28
Tecnologia da informação 80

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-758-1

